

Escolas vão à Justiça para cobrar OTN

O presidente do Sindicato das Escolas Particulares do DF, Jaime Zweiter, pretende recorrer da resolução nº 3 do Conselho de Educação do Distrito Federal, que será publicada hoje no Diário Oficial, determinando a suspensão do pagamento da taxa de matrícula e a aplicação do valor da OTN do mês para a correção das mensalidades escolares.

"Essa é a nossa disposição caso não consigamos negociar com o Conselho de Educação uma alteração nessa resolução", disse o presidente do Sinep, momentos depois de solicitar ao governador Joaquim Roriz, em audiência na Secretaria de Educação, sua intermediação no processo de negociação.

O governador preferiu não se posicionar de imediato, adiantando, apenas, que vai estudar o assunto. Antes da reunião, Jaime Zweiter fez duras críticas à resolução do Conselho, ao declarar que "o sindicato não foi ouvido e sequer participou da votação, direito que nos cabe como membro efetivo".

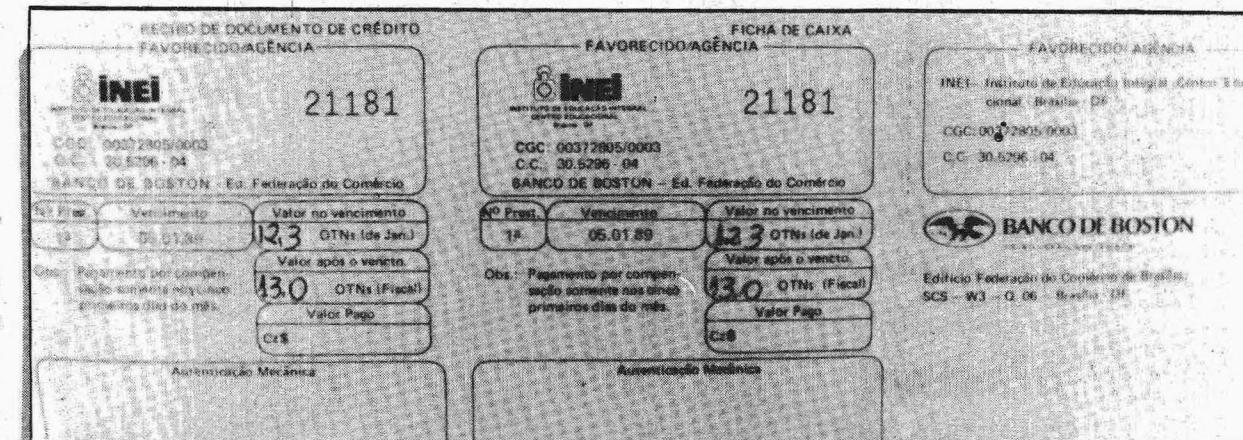
Disse, ainda, que o Conselho de Educação não tem competência normativa para fixar as mensalidades escolares. Jaime Zweiter deixou claro que as escolas continuariam a reajustar as mensalidades de acordo com os custos gerais decorrentes somados a um acréscimo de 10%.

Boicote

O presidente da Associação de Pais de Alunos do DF, Luiz Cassimiro dos Santos, convocou ontem todos os pais de alunos das escolas de pré, 1º e 2º graus a não assinarem qualquer tipo de contrato no ato da assinatura de pagamento da primeira parcela referente à anuidade de 89.

Para que a vaga esteja garantida, Luiz observa que basta o aluno estar em dia com as mensalidades de 1988 e ter cumprido as exigências pedagógicas (passado de ano). A escola que fizer qualquer outra exigência deverá ser denunciada no Departamento de Inspeção de Ensino do DF.

Luiz Cassemiro garante, ainda, que quem efetuou pagamento da prestação inicial em OTN tem o direito de requerer a devolução do dinheiro. "O pagamento da primeira parcela pode ser efetuado no vencimento e não antecipadamente".



Apesar da proibição do Conselho de Educação, as escolas insistem na cobrança em OTN